

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 149, DE 2014

Sugere a realização do 1º Seminário Nacional Marco Legal da Mineração Brasileira, nos dias 17, 18 e 19 de março de 2015, precedido de uma reunião preparatória no dia 13 de novembro de 2014

Autor: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

Relator: Deputado Nilmário Miranda

I – RELATÓRIO

Trata-se de sugestão apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, com vistas a realizar o 1º Seminário Nacional Marco Legal da Mineração Brasileira, nos dias 17, 18 e 19 de março de 2015. E, como primeira atividade, anterior ao Seminário, é proposta uma reunião preparatória, a ser realizada no dia 13 de novembro de 2014.

II – VOTO DO RELATOR

O Regulamento Interno da Comissão de Legislação estabelece normas que regem a organização dos trabalhos do órgão. Para tanto, há especificidades no que se refere à documentação e tramitação das sugestões apresentadas pelas entidades.

De acordo com declaração que instrui o processo da SUG nº 149/2014, a documentação especificada nos incisos I e II do artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa apresentada pela CNTI encontrava-se regularizada à data do arquivo da proposta.

Verificada esta questão preliminar, passamos agora a análise da proposta sugerida.

Recentemente esta Comissão de Legislação Participativa realizou uma audiência pública para tratar do Marco Civil da Mineração. A audiência pública ocorreu em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, onde ingressamos com requerimento, que, aprovado, possibilitou não só a parceria como a realização desta importante atividade.

As questões gerais que envolvem a temática da mineração atingem diretamente os trabalhadores e trabalhadoras do setor, e, de certa forma, indiretamente, a sociedade em geral.

Perpassam pela questão temas como saúde, previdência, trabalho, meio ambiente, direitos humanos, segurança, orçamento público, dentre outros. Por conseguinte, abarca uma vasta legislação, pertinente a todos esses assuntos. Além disso, tratados e convenções em que o Brasil é signatário.

Percebe-se, somente por este viés, a complexidade que envolve a temática. Isso sem entrarmos nos detalhes de cada uma das questões apontadas acima.

Portanto, é muito importante dar continuidade ao debate iniciado na audiência pública realizada em setembro do corrente ano, sobre “as Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores da Mineração Brasileira: Determinantes Sociais e Ambientais do Marco Regulatório da Mineração”.

Para além da continuidade no debate, também é essencial à realização de um evento que ele seja previamente organizado. Não há dúvidas que uma atividade planejada com antecedência impacta de forma positiva nos resultados e encaminhamentos da mesma.

Nesse sentido, é fundamental que seja realizado um Seminário Nacional, para o qual já propusemos um requerimento nesta Comissão e na de Direitos Humanos e Minorias, bem como uma reunião preparatória para o mesmo, onde representantes de diversos segmentos possam organizar a atividade prevista para o próximo ano.

Diante do exposto, e com fundamento no regulamento em vigor, propomos o acolhimento da presente Sugestão, nos termos do requerimento que apresento.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2014.

Deputado Nilmário Miranda

Relator

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS E COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

REQUERIMENTO Nº _____/2014

(Do Sr. Nilmário Miranda)

Requer a realização de Seminário Nacional para debater as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da mineração brasileira bem como os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade nas comunidades atingidas.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 24, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, que seja realizado, em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Seminário Nacional para debater as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da mineração, bem como os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade nas comunidades atingidas, com a finalidade de gerar subsídios para o Marco Regulatório da Mineração e para a I Conferência Nacional sobre o tema, a ser realizada em 2015.

JUSTIFICATIVA

No último dia 02 de setembro, a Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizou durante os períodos matutino e vespertino uma grande audiência

pública com esta temática. Durante a audiência pública, foi proposta a realização de um Seminário Nacional no começo de 2015. Tal proposta foi acatada por unanimidade e considerada um passo na construção do Marco Regulatório da Mineração, importante instrumento legal que trata diretamente das maiores riquezas de nosso país e que envolve um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, além das comunidades envolvidas.

A proposta de Seminário deve contemplar um leque amplo de temas que perpassam pela questão da mineração. Portanto, é necessária a participação dos diversos setores da sociedade civil envolvidos, como os sindicatos, representantes de organizações ou coletivos ambientalistas, bem como os atingidos por projetos de extração mineral. Serão convidados a participar representantes de entidades de classe e de empresas que atuam no setor, como a Vale do Rio Doce. Por fim, órgãos do Executivo devem estar presentes, como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério das Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Meio Ambiente.

E, a fim de organizar algumas questões relativas ao Seminário, as Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a sociedade envolvida com o tema, realizarão uma reunião prévia no dia 13 de novembro de 2014.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2014.

Nilmário Miranda

Deputado Federal – PT/MG